

# Violência contra a mulher: Metassíntese nas revistas de psicologia Qualis A2

## Violence against women: Metasynthesis in Qualis A2 psychology journals

**Paula Orchiucci Miura**

Professora Adjunta na graduação e pós-graduação, Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil;  
paula.miura@ip.ufal.br

**Gisele da Luz Freire Silva**

Graduanda; Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil;  
giiselefreire@gmail.com

**Alice Dantas de Medeiros**

Graduanda; Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil;  
alice.medeiros@ip.ufal.br

**Joelma Correia de Sena**

Mestranda; Programa de Pós-Graduação em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil;  
joelmasena1@gmail.com

**Suzy Kamylla de Oliveira Menezes**

Doutoranda; Programa de Pós-Graduação em Educação pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Maceió, AL, Brasil;  
suzy.kamylla@gmail.com

### Resumo

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública cujas repercussões impactam sobremaneira a vida da mulher. Este artigo buscou identificar, descrever e analisar as produções acadêmicas das revistas de Psicologia com Qualis A2 sobre a temática da violência contra a mulher. Trata-se de uma metassíntese, na qual foram utilizados os seguintes descritores: “violência contra a mulher”, “violência de gênero” e “violência doméstica”. Foram analisados 49 artigos. Pôde-se observar: estudos com homens autores da violência, mas a maioria das participantes foram mulheres vítimas; reprodução da cultura patriarcal; disseminação da cultura da violência e da impunidade; redes de enfrentamento da violência contra a mulher consolidadas foram frutos de longo e intenso investimentos, com formação e capacitação de profissionais.

**Descritores:** Violência contra Mulher. Gênero. Revisão Sistemática. Psicologia.

### Abstract

Violence against women is a public health problem whose repercussions greatly impact a woman's life. The study sought to identify, describe and analyze the academic productions of Psychology journals with Qualis A2 on the theme of violence against women. It is a meta-synthesis, in which the following descriptors were used: “violence against women”, “gender violence” and “domestic violence”. Forty-nine articles were analyzed. It could be observed: studies with men who were the perpetrators of violence, but most participants were women victims; reproduction of patriarchal culture; dissemination of a culture of violence and impunity; Consolidated networks for confronting violence against women were the result of long and intense investments, with training and qualification of professionals.

**Keywords:** Violence against women. Gender. Systematic review. Psychology.

### Introdução

O fenômeno da violência contra a mulher configura-se como “toda conduta que cause morte, dano ou sofrimento psíquico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública, quanto na privada, baseada no gênero” (Catoia, Severi, & Firmino, 2020, p. 3). É uma violência resultante das assimetrias existentes nas relações de poder entre homens e mulheres, que reproduzem não só a subordinação, como também refletem a sobreposição do masculino em relação ao feminino, sendo algo que decorre do gênero, e não apenas do sexo (Catoia et al., 2020).

Considerada e enfrentada como um problema de saúde pública, a violência contra a mulher é um fenômeno mundial e de violação de direitos humanos, uma das manifestações mais extremas e perversas da desigualdade de gênero ainda existente na cultura patriarcal, que abrange as violências física, sexual e psicológica, podendo ocorrer no âmbito intrafamiliar, na comunidade, nas instituições e que é capaz de impactar significativamente o processo saúde-doença e a perspectiva de vida de muitas mulheres, independente da idade ou condição social (Barufaldi, 2017).

As ações de violência trazem, em geral, diversos efeitos para a vida da mulher, desde sequelas físicas e problemas de saúde a demais consequências de ordem psicológica, como baixa autoestima, medo, dificuldade nos relacionamentos interpessoais, depressão e até tendência suicida. Além disso, há o risco de a violência de gênero cometida contra a mulher atingir outras gerações, contribuindo, assim, para o ciclo da violência intergeracional (Cruz & Irffi, 2019).

Neste sentido, torna-se essencial realizar estudos acerca da temática em questão, devido, sobretudo, a dois pontos principais: (a) o necessário acolhimento que deve ser ofertado, de maneira apropriada, junto às mulheres vítimas de violência; e (b) promover e fortalecer, com o desenvolvimento de pesquisas, possibilidades de contribuir na construção de estratégias capazes de prevenir e erradicar a violência contra a mulher, apostando, para tanto, em uma formação profissional atenta às demandas dessa população. Diante do exposto, este artigo teve como objetivo identificar, descrever e analisar as produções acadêmicas das revistas de Psicologia com Qualis A2 sobre a temática da violência contra a mulher.

## Método

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura do tipo metassíntese, cujas fases são: 1) Exploração: definição dos descritores e da fonte onde os documentos serão selecionados. 2) Refinamento: leitura mais aprofundada dos documentos selecionados,

identificando aqueles que dizem respeito ao objeto de pesquisa. 3) Cruzamento: esta etapa objetiva averiguar duplicidades de materiais coletados. 4) Descrição: apresentação de dados sobre os documentos encontrados selecionados, tais como: tipo (artigo, dissertação, tese), área do conhecimento, período de publicação e vinculação institucional. 5) Análise: análise aprofundada dos documentos da amostra com o intuito de constituição de uma síntese produtora de novos conhecimentos (Oliveira, Trancoso, Bastos, & Canuto, 2015).

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa realizada que empreendeu uma revisão sistemática de publicações em revistas nacionais com Qualis A1 e A2 em Psicologia. Diante disso, o presente artigo traz os resultados concernentes às publicações dos periódicos de Qualis A2. Assim, foram selecionadas, nos meses de agosto e setembro de 2020, as revistas nacionais da área de Psicologia com Qualis A2 avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no quadriênio 2013-2016, conforme descritas no site da Plataforma Sucupira. Em seguida, buscou-se por produções acadêmicas nas 35 revistas Qualis A2, que estavam indexadas nas bases de dados SciELO e PePSIC, sobre a temática da violência contra a mulher, por meio dos descritores “violência contra a mulher”, “violência de gênero” e “violência doméstica”.

Dada a quantidade elevada de produções acerca da temática, optou-se pelos seguintes critérios de inclusão: artigo das cinco revistas que mais publicaram nos últimos 3 anos; conter os termos “violência contra a mulher”, “violência de gênero”, “violência doméstica” ou “mulheres” nos títulos, resumos ou palavras-chave; artigos com dados primários. Para a realização da análise dos artigos, após baixados e arquivados no *drive*, foi feita uma leitura aprofundada dos textos, a fim de investigar os seguintes elementos: ano de publicação, gênero dos(as) autores(as), financiamento da pesquisa, vinculação institucional do(a) primeiro(a) autor(a), participantes, instrumentos utilizados nas pesquisas e tema central das publicações.

Quanto à análise dos dados, utilizou-se a análise temática, que permitiu identificar algumas categorias temáticas. Neste sentido, trabalhou-se com o agrupamento de elementos e ideias, ou seja, temáticas similares. Segundo Minayo (2002, p. 70), “esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa”. Formulam-se categorias quando pretende-se fazer menção a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns entre si (Minayo, 2002). Assim, após a leitura aprofundada dos artigos encontrados, foram elaboradas categorias temáticas.

## Resultados

Foram encontrados inicialmente 65 artigos nas cinco revistas que mais publicaram nos últimos três anos: *Ciência e Saúde Coletiva* (16 artigos), *Estudos Feministas* (16 artigos), *Cadernos de Saúde Pública* (15 artigos), *Revista Brasileira de Enfermagem* (11 artigos) e *Psicologia e Sociedade* (7 artigos). Contudo, após a leitura aprofundada de cada artigo, observou-se que os únicos com dados primários foram 49 artigos, sendo esta a amostra final deste trabalho.

### *Descrição*

Quanto aos anos de publicação, notou-se que os anos de 2020 e 2017 foram os de maiores publicações (15 e 13 artigos, respectivamente). Já os anos de 2019 e 2018 tiveram, respectivamente, 11 e 10 artigos publicados. Verifica-se o interesse do pesquisador e dos periódicos em publicar sobre essa temática nos últimos anos.

Quanto à autoria, foram identificados um total de 194 autores(as) dentre os 49 artigos. No que diz respeito ao gênero da autoria, houve a prevalência de autoria do gênero feminino, totalizando 155 autoras (79,8%), ao passo que autoria do gênero masculino constituiu uma minoria, contabilizando 39 autores (20,1%). Cabe destacar que, dos 49 artigos, 26 foram produzidos somente por mulheres; e 23, por mulheres e homens. Observa-se que no meio acadêmico ainda há desafios considerando a igualdade de gênero. Embora tenha aumentado a presença de estudantes mulheres no ensino básico, de mulheres nas ciências e nas tecnologias e com cursos universitários, aspectos sobre a construção social do gênero ainda marcam a escolha de profissões. Por exemplo, às mulheres são comumente atribuídos aspectos como o cuidado, paciência e afetividade, e aos homens a racionalidade, força e objetividade (Grossi et al., 2016). Tais estereótipos contribuem para a exclusão das mulheres no cenário científico e torna-se necessário enfatizar que a formação acadêmica e participação das mulheres no meio acadêmico são fundamentais para diminuir as diferenças entre mulheres e homens na sociedade (Grossi et al., 2016). As desigualdades e violência de gênero no meio acadêmico podem silenciar e impedir as mulheres de se consolidarem em suas carreiras profissionais e conquistarem sua independência pessoal e financeira, mas segundo Fiúza, Pinto e Costa (2016), estudos sobre essa temática ainda são escassos.

Das 49 publicações, apenas 17 mencionaram o recebimento de apoio de agência de fomento. As instituições financiadoras e as respectivas frequências com as quais apareceram foram: CAPES (4); FAPESP (3); FAPESB (2); FAPERJ (2); FAPEMA (2); CNPq (2); Fundo de Pesquisa Científica Tecnológica (1); Fundo de Projetos Large Amount da

Universidade del Rosario (1); Fundação Araucária (1); Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) (1); e PROLICEN (UFG) (1).

Quanto à vinculação institucional do(a) primeiro(a) autor(a), observou-se três universidades com mais artigos (3 cada): Universidade Federal do Maranhão; Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, os dados apontam para uma maior quantidade de artigos nas regiões Sudeste (16), Nordeste (12) e Sul (11); e uma menor quantidade, das regiões Centro-Oeste (3) e Norte (1).

No que refere-se aos participantes, verificou-se que 16 artigos tinham como participantes as mulheres; outros quatro, especificamente, com mulheres pardas ou negras; 12, não especificaram o público, seja por tratarem-se de pesquisas documentais ou outro tipo de estudo; dez, profissionais da saúde e redes de enfrentamento à violência contra a mulher; quatro, homens; e três com adolescentes/estudantes. Deste modo, percebe-se que a maioria das pesquisas foi realizada diretamente com as mulheres, o público-alvo das agressões. Esse dado parece estar em conformidade com o achado acerca do gênero dos(as) autores(as). A maior parte das pesquisas foi desenvolvida por mulheres que, por sua vez, conduziram as investigações junto a mulheres vitimizadas. Observa-se uma menor participação dos homens tanto na autoria dos artigos, quanto sujeitos participantes das pesquisas.

Com relação aos instrumentos de pesquisa, notou-se a utilização de entrevistas em vinte e cinco artigos; observação participante, cinco artigos; questionários, cinco artigos; notificações do SINAN/VIVA, três artigos; grupo focal, três artigos; inquéritos policiais, um artigo; instrumento TWEAK, um artigo; cenas de telenovelas, um artigo; documentos do Programa de Atenção às mulheres em Situação de Violência, um artigo; documentos da Defensoria Pública do Pará, um artigo; diários de campo; um artigo; boletins de ocorrência, um artigo; e narrativa livre, um artigo.

### *Análise*

No que diz respeito ao conteúdo, foi possível identificar seis categorias temáticas: violência contra a mulher: dados epidemiológicos; violência contra a mulher: grupos específicos; violência contra a mulher grávida e violência obstétrica e institucional; feminicídio; violência de gênero e masculinidade: precisamos falar sobre os homens; rede profissional e enfrentamento da violência contra a mulher.

#### *Violência contra a mulher: dados epidemiológicos*

Esta categoria é composta por artigos; dentre eles, artigos que utilizaram o SINAN como fonte de dados, seja para investigar a evolução das notificações de

violência sexual no Brasil (Gaspar & Pereira, 2018), para avaliar a ocorrência de infecção sexualmente transmissível (IST) e gravidez como consequência da violência sexual (Delziovo, Coelho, d'Orsi, & Lindner, 2018), ou para descrever os casos de violência sexual notificados por profissionais da saúde (Delziovo, Bolsoni, Nazário, & Coelho, 2017). Outros artigos apontam para o perfil das mulheres que vivenciaram algum tipo de violência (Carvalho et al., 2018; Krenkel, Moré, & Espinosa, 2019; Marcacine, Abuchaim, Jardini, Coca, & Abrão, 2018; Rafael et al., 2017; Santos, Leite, Amorim, Maciel, & Gigante 2020). E o artigo de Rafael e Moura (2017), por sua vez, teve como foco a violência física grave praticada por parceiro íntimo, buscando avaliar, assim, se a agressão pode ser um fator desfavorável ao rastreamento do câncer de colo de útero.

Gaspar e Pereira (2018) analisaram, por meio do banco de dados do SINAN, as notificações de violência sexual de 2009 a 2013 de todo o Brasil e observaram um aumento, no período analisado, de notificações registradas, além de um aumento da violência de repetição. Cerca de 86% dos casos foram cometidos contra mulheres; mais da metade das ocorrências foram registradas em domicílio e a agressão foi perpetrada por um indivíduo conhecido pela vítima.

Nessa direção, Delziovo et al. (2017) apresentam uma pesquisa de caráter descritivo de série temporal, visto que investiga 2.010 notificações de violência sexual ocorridas de 2008 a 2013, em Santa Catarina, englobando os casos de vítimas a partir de 10 anos de idade. Corroborando os achados de Gaspar e Pereira (2018), a pesquisa de Delziovo et al. (2017) também demonstrou que, em grande proporção, os agressores são conhecidos pela vítima e a violência se dá na residência. Assim, Santa Catarina parece seguir, dentro do período analisado, o perfil nacional de violência sexual.

O artigo de Delziovo et al. (2018) também teve como cenário as notificações de violência sexual registradas entre 2008 e 2013 em Santa Catarina. Foi desenvolvido um estudo transversal com 1.230 e 1.316 notificações para investigar, respectivamente, a incidência de gravidez e IST decorrentes da agressão sexual. Observou-se que, em 7,6% dos casos, a violência resultou em gravidez; tal desfecho teve maior prevalência na faixa etária dos 10 aos 14 anos de idade. Cabe destacar que a gravidez foi o desfecho mais provável caso não houvesse atendimento de saúde dentro de 72 horas após a agressão, demonstrando, assim, a importância das medidas de contracepção de emergência.

Já o artigo de Rafael e Moura (2017) é um estudo do tipo caso-controle, realizado com uma amostra de 640 mulheres entre 25 e 64 anos de idade, usuárias da

ESF (Estratégia Saúde da Família) de Nova Iguaçu. Com vistas a averiguar se a agressão física grave pode dificultar (ou não) a identificação do câncer de colo de útero. De maneira geral, os resultados apontaram que a violência física aumenta em duas vezes as chances de não realização do exame, e, conseqüentemente, o rastreamento da doença se torna mais difícil no contexto da agressão física grave.

Com relação ao perfil da mulher que vivenciou violência de gênero, Rafael et al. (2017) evidenciaram o predomínio de mulheres entre 30 a 49 anos, pretas e pardas, casadas, de classe média, com más condições de moradia e tempo de estudo de 8 anos. O perfil estimado em Rafael et al. (2017) converge com os descritos em Carvalho et al. (2018) e Marcacine et al. (2018). No estudo de Carvalho et al. (2018) também foi observado no perfil das participantes a prevalência de mulheres negras, casadas, com pouca escolaridade e baixo poder aquisitivo. Em Marcacine et al. (2018), o perfil das participantes prevaleceu como mulheres jovens, com ensino médio, viviam com o parceiro, sem ocupação remunerada, com baixo poder aquisitivo e o companheiro como provedor da família.

Em Santos et al. (2020), esse perfil traz algumas diferenças, mas também prevalece o menor poder aquisitivo. Notou-se maior prevalência de violência contra mulheres pertencentes ao grupo de menor renda familiar, divorciadas/separadas, e com histórico de uso de drogas. Krenkel et al. (2019) trazem outro elemento importante na discussão do perfil, a fragilidade ou inexistência da rede de apoio (amigos e familiares) dessas mulheres, o que contribui para a manutenção da violência.

Em resumo, a maior parte das publicações utilizaram dados coletados do SINAN. Isso demonstra a importância desse banco para a sistematização das notificações de violência, o que auxilia na construção de um quadro epidemiológico e, conseqüentemente, contribui para o desenvolvimento de políticas públicas. Ademais, os achados apontaram que a violência sexual é, em grande parte, cometida no domicílio da vítima por pessoas conhecidas, podendo acarretar graves conseqüências, tais como: gravidez, tentativa de suicídio e ocorrência de IST. Constatou-se também que a violência física pode ser um elemento desfavorável ao exame para rastreamento do câncer de colo de útero. E quanto ao perfil das mulheres que vivenciaram situações de violência, observou-se dependência financeira do companheiro, baixa escolaridade, rede de apoio frágil ou inexistente, o que contribui para a perda de autonomia das mulheres e corroboram a sustentação de uma cultura de patriarcado onde o homem é o provedor do lar e mulher é vista como submissa na relação.

### *Violência contra mulher: grupos específicos*

Esta categoria é composta por artigos que abordam a violência contra a mulher em grupos específicos, ou seja, mulher negra, mulher presa, usuária da Atenção Primária, profissional do sexo, feminista, ativista, política, bem como os estudantes e a própria mídia que aborda a questão da mulher em situação de violência de gênero (Aslan, Bodur, Beji, Alkan, & Aksoy, 2019; Batista et al., 2020; Brilhante, Nations, & Catrib, 2018; Caminhas, 2020; Carrijo & Martins, 2020; Conceição & Mora, 2020; Ibáñez, 2017; Lima, Merchán-Hamann, Urdaneta, Damacena, & Szwarcwald, 2017; Pinho, 2020; Posada-Zapata, Orozco-Giraldo, Mendoza-Rios, Restrepo-Correa, & Cano-Bedoya, 2019; Silva & Justo, 2020; Soto & Sanchez, 2019).

A violência contra mulher é um problema identificado no mundo inteiro. Aslan et al. (2019) realizaram um estudo visando investigar as situações de violência doméstica vivenciadas por mulheres de Istambul e da região do Egeu, na Turquia. O artigo de Ibáñez (2017) buscou investigar a questão da violência de gênero no Equador, a partir da ótica de estudantes universitários. Em se tratando de mulheres em contexto de migração, a produção de Posada-Zapata et al. (2019) visou descrever a experiência de mulheres migrantes na Colômbia e como essa circunstância afeta os papéis e sua própria percepção acerca de saúde e doença. Soto e Sanchez (2019) exploraram a violência de gênero na internet contra feministas e outras ativistas no Chile.

Aslan et al. (2019) verificaram que o tipo mais comum de violência contra as mulheres que participaram do estudo foi a emocional; e a forma menos comum, a violência sexual. Isto pode ocorrer em função da tendência de evitar revelar a relação sexual forçada ou de não considerá-la como sendo, de fato, violência sexual. Além disso, constatou-se que, do ponto de vista sociocultural, a violência contra as mulheres é considerada legítima em países de dominação masculina governados pelo regime islâmico, onde a religião “apoia” a violência contra as mulheres.

Nessa direção acerca da naturalização/invisibilidade deste tipo de violência, Ibáñez (2017), por meio de entrevistas realizadas com homens e mulheres, notou que apenas seis em cada dez entrevistados descreveu a violência de gênero como sendo um problema sério, apesar da alta incidência desse fenômeno no Equador. Do mesmo modo, cerca de quatro em cada dez universitários considerou que o Estado Equatoriano não vem tomando as medidas cabíveis para a resolução do problema. Conclui-se que os órgãos governamentais devem intensificar campanhas que reforcem o imaginário sobre a violência de gênero,



principalmente de crianças e adolescentes, pois, de acordo com resultados de pesquisas passadas, esses aparentam ter um entendimento mais limitado com relação ao fenômeno do que os próprios estudantes universitários.

A violência contra a mulher é observada em diversos contextos, e no âmbito dos políticos, aparece no artigo de Pinho (2020), fomentando o desrespeito e a violência contra a mulher, o que ao nosso ver acaba por reforçar a cultura da violência, da impunidade ao invés da paz, da justiça. Pinho (2020) buscou-se compreender o papel exercido pelo Conselho de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados diante de denúncias de violência política de gênero. Por meio da observação dos dados disponibilizados pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (Cedi), entre os anos de 2002 e 2018, verificou-se que o Conselho de Ética da Câmara representa um exemplo de fracasso quando se trata de respeitar as mulheres. Prova disso é o caso envolvendo a deputada federal Maria do Rosário, no qual o atual presidente Jair Bolsonaro a atacou dizendo que ela não merecia ser estuprada devido a sua feiura. Após o incidente, a Câmara dos Deputados aparentou fechar os olhos e não ter dado o devido reconhecimento e resposta ao ocorrido.

Nessa direção, a violência contra a mulher aparece banalizada e disseminada nas letras de forró (Brilhante et al., 2018) e nas telenovelas (Caminhas, 2020). Brilhante et al. (2018) buscaram compreender os sentidos atribuídos à violência sexual contra a mulher expressa nas letras de forró por rapazes adolescentes de Fortaleza. Notou-se na fala dos adolescentes o discurso do “estupro reverso”, que busca, de alguma forma, justificar a violência sexual através da inversão de papéis de gênero. Em adição, foi muito comum notar nos discursos dos rapazes elementos que evidenciaram a desmoralização da vítima, a legitimação do estupro pelo álcool, desqualificação do ‘não’ proferido pela mulher e a banalização da violência contra a mulher. Assim, evidencia-se um panorama preocupante: o de uma relação conflituosa existente entre os gêneros, no qual as mulheres acabam sendo inferiorizadas, desmoralizadas e violentadas.

Caminhas (2020) investigou o modo como é retratada a violência perpetrada contra as vilãs de telenovelas brasileiras, por seus pais, maridos e amantes. Ao analisar cenas de violência de personagens masculinos contra as vilãs de nove telenovelas, exibidas entre os anos de 2000 e 2017 na Rede Globo, sendo todas “novelas das oito”, observou-se que as mulheres apanharam por destoarem dos padrões de conduta atribuídos ao gênero feminino, já que usaram roupas sensuais e “provocantes”, ou seja, a violência ocorreu devido ao “desvio de caráter” apresentado pelas vilãs, que teriam sido traiçoeiras, mentirosas e

infiéis. Conclui-se, tanto a partir dos resultados desse estudo, como por meio dos achados do estudo anterior, que é a atribuição de valor moral, a partir daquilo que se espera como sendo uma atuação adequada do gênero feminino, que situa determinadas mulheres como sujeitas a agressões e humilhações.

O meio político e o entretenimento, de acordo com os dados apresentados, estão em certa medida contribuindo para o fortalecimento do preconceito e da violência contra determinadas mulheres. As profissionais do sexo, as presas, as transexuais, as negras se encontram nesse palco das discriminações. Soto e Sanchez (2019), ao entrevistar 163 mulheres cisgénero e transexuais, por meio de um questionário online, constataram que 91,7% mulheres tinham sido agredidas verbalmente, além de relatarem o *hackeamento* de suas redes sociais e publicação de imagens íntimas e eróticas sem consentimento.

Lima et al. (2017) investigaram a violência contra mulheres profissionais do sexo e constataram que a maioria das mulheres sente-se constantemente discriminada em função de sua profissão e falta de dinheiro ou condição social. Além disso, mais da metade sofreu agressão verbal e mais de um terço foi abusada fisicamente, não só no ambiente de trabalho sexual, como também no ambiente doméstico. Batista et al. (2020) também identificaram no relato de mulheres presas diferentes formas de violência vivida, dando destaque à agressão verbal, corporal, privação alimentar e financeira, restrição de liberdade de ir e vir. Além disso, por serem mulheres envolvidas no contexto do crime, consideradas mais sujeitas ao estigma e à rejeição, acabam sofrendo duplamente por conta da discriminação e indiferença que lhes é direcionada pela sociedade e, inclusive, pelo próprio sistema penitenciário.

Com relação à violência contra mulher e raça, o artigo de Conceição e Mora (2020) constatou-se que as mulheres negras vivenciaram as mais diferentes formas de violência, muitas vezes travestidas de “sutilezas” que, na verdade, deflagravam não só o racismo, como também o sexismo, a solidão afetivo-sexual e o desrespeito, além de perceber que a violência nos ambientes institucionais coopera para a produção da baixa autoestima e dificultam o acesso à ascensão dessas mulheres. O estudo de Carrijo e Martins (2020) também identificou relação entre o racismo e a violência doméstica na vida das mulheres negras participantes, que relataram ter sofrido violência transgeracional, verbal, física e psicológica, e tinham histórico de violência familiar.

Pôde-se observar nessa categoria a banalização e a naturalização da violência contra a mulher no âmbito mundial, bem como nacional. A isto, soma-se o preconceito e a discriminação de mulheres com determinadas características e profissão reforçado por

políticos e pelo mundo do entretenimento, que contribuem para a disseminação da cultura da violência e da impunidade.

*Violência contra a mulher grávida e violência obstétrica e institucional*

Esta categoria temática é composta por artigos que abordam a violência contra a mulher grávida e puérpera, a violência obstétrica e a violência institucional, sofridas por mulheres nos diversos âmbitos de vivências próprias e de instituições da saúde. Todos os artigos da categoria trazem a violência, seja ela institucional, obstétrica ou contra a mulher grávida, relacionados à violência de gênero (Costa et al., 2017; Ribeiro et al., 2020; São Bento & Moreira, 2017; Sampaio, Tavares, & Herculano, 2019; Lansky et al., 2019).

A violência contra mulher grávida é uma realidade vivida por inúmeras gestantes. Alguns artigos buscaram identificar fatores associados à ocorrência da violência. Costa et al. (2017) observou que o baixo suporte social junto com um status socioeconômico negativo são fatores relacionados à violência física e problemas de saúde. Já Ribeiro et al. (2020) constataram que as gestantes de maior renda familiar foram mais frequentemente submetidas às violências cometidas pelo parceiro íntimo e que a maior escolaridade esteve relacionada à maior ocorrência de violência física/sexual; além disso, evidenciaram que o empoderamento de mulheres e o desafio aos papéis tradicionais de gênero faz com que os homens sintam-se ameaçados e utilizem a violência como uma forma de sustentar o papel de comando familiar.

A violência institucional contra a mulher foi discutida no artigo de São Bento e Moreira (2017). Analisou-se, através de narrativas, a experiência de atendimento de 20 mulheres com endometriose (doença ginecológica crônica) em serviços de saúde do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e como as experiências de adoecimento relacionam-se com a violência institucional. Esta, caracterizada por negligência, descaso, procedimentos desnecessários e/ou indesejáveis, surgiu nas narrativas por meio de relatos relacionados à peregrinação por atenção à saúde e desqualificação da experiência de viver com endometriose, evocando violação no acesso ao direito à saúde, condizente com uma violência estrutural, onde o corpo da mulher é objetificado nas relações desiguais de poder entre médico e paciente. Assim, pontua-se a necessidade de fomentar debates sobre a violência de gênero, para que os discursos e as demandas das mulheres possam ser discutidos na academia e com os profissionais que estão em formação e em atuação.

A violência obstétrica foi temática de investigação de dois artigos (Lansky et al., 2019; Sampaio et al., 2019). Na produção de Sampaio et al. (2019), as mulheres, de um município da Paraíba, relataram que foram colocadas em segundo plano por alguns

profissionais da saúde e por acadêmicos em formação, na medida em que foram submetidas a procedimentos invasivos e desnecessários, tendo seus corpos reduzidos à condição de objeto de estudo. Já o artigo de Lansky et al. (2019) discutiu como por meio da exposição “Sentidos do Nascer”, os profissionais da saúde puderam modificar a percepção sobre o assunto, o que favoreceu a disseminação de conhecimento sobre o tema, tornando possível a diminuição de procedimentos invasivos e desnecessários e abrindo caminho para práticas mais humanizadas, desde o pré-natal até o momento do parto e nascimento.

Esta categoria possibilitou observar alguns fatores associados a violência contra mulheres grávidas perpetrada pelos companheiros, bem como a presença da violência institucional no âmbito da saúde, que ocorreram principalmente, em momentos de fragilidades da mulher, seja por meio de uma doença (endometriose) ou no parto/puerpério. Mas também apontou para ferramentas que possam promover a sensibilização e o enfrentamento desse tipo de violência junto aos profissionais da saúde.

#### *Feminicídio*

Esta categoria é composta por artigos (Barufaldi et al., 2017; Caicedo-Roa, Cordeiro, Martins, & Faria, 2019; Meneghel & Margarites, 2017; Messias, Carmo, & Almeida, 2020), que investigam diferentes aspectos acerca do feminicídio, sendo trazida, comumente, a seguinte conceituação do fenômeno: “O femicídio é definido, de maneira geral, como a morte intencional de uma mulher pelo fato de ela ser mulher, ou seja, em decorrência do seu gênero” (Caicedo-Roa et al., 2019, p. 2). A maior parte dos artigos faz referência à Lei 13.104 (2015), de 9 março de 2015, que coloca o feminicídio enquanto previsão qualificadora em crimes de homicídio.

A referida lei foi objeto de análise no artigo de Messias et al. (2020), em que, através do método bibliográfico, realizou pesquisa jurisprudencial em bancos eletrônicos dos Tribunais brasileiros, para assim identificar os posicionamentos dos julgadores sobre a Lei 13.104/2015. Os(as) autores(a) demonstram que a lei possui caráter constitucional, revelando “[...] certa preocupação Estatal com a violência suportada pelas mulheres [...]” (p. 8). Ademais, a lei pode ser aplicada tanto para feminicídios cometidos contra mulheres cis e mulheres trans.

O artigo de Barufaldi et al. (2017) buscou comparar as taxas de mortalidade entre indivíduos do sexo feminino, com e sem notificação prévia de violência e constatou que, no caso de mulheres adultas, a maior parte dos óbitos aconteciam na via pública, sendo o domicílio a segunda localidade mais comum. Além disso, os tipos notificados mais

comuns de violência foram a física e a psicológica. Foi possível observar que as mulheres com notificação prévia de violência possuíam uma maior taxa de mortalidade, e as mulheres negras e com menor escolaridade constituíam a maior parte das notificações e registros de óbito analisados.

O artigo de Caicedo-Roa et al. (2019) objetivou caracterizar os feminicídios ocorridos na cidade de Campinas, São Paulo, no ano de 2015 e observou que a maior parte das vítimas eram mulheres brancas, e o espaço mais comum para a ocorrência do feminicídio foi o doméstico. As vítimas possuíam, em média, a idade de 31,5 anos. A maior parte dos homicídios teve como autor o companheiro da mulher vítima; as principais motivações foram o ciúme, o desentendimento com o parceiro e o desejo de separação por parte da mulher.

Já o trabalho de Meneghel e Margarites (2017) teve como contexto os feminicídios ocorridos no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Identificou que a maior parte das mulheres vítimas possuíam histórico prévio de violência e que a maioria dos feminicídios foi cometida no domicílio pelos companheiros ou conhecidos da vítima. Os inquiridos apresentaram elevado tom de julgamento moral, culpabilizando as mulheres caso apresentassem transtornos mentais ou fossem usuárias de drogas, profissionais do sexo ou ligadas ao tráfico.

De maneira geral, os artigos compreendidos nessa categoria encontram-se fundamentados na Lei do Feminicídio. Tal constatação é corroborada ao se observar que todos os trabalhos foram publicados entre os anos de 2017 e 2019, isto é, são artigos publicados em período posterior à promulgação da referida lei. Dentre os achados, identificou-se que as formas mais prevalentes de violência foram a física e a psicológica, e que as mulheres vítimas já possuíam histórico prévio de violência. Além disso, a maior parte dos feminicídios foi perpetrada por companheiros ou por conhecidos das vítimas. Houve divergências quanto à predominância do local do crime (feminicídio ocorrido em via pública ou em domicílio), e quanto à etnia prevalente das vítimas (mulheres brancas ou mulheres negras).

#### *Violência de gênero e masculinidade: precisamos falar sobre os homens*

Esta categoria é composta por artigos (Billand & Paiva, 2017; Carvalho et al., 2018; Madureira et al., 2020; Nóbrega, Pessoa Júnior, Nascimento, & Miranda 2019; Paixão et al., 2018; Santos et al., 2021; Silva et al., 2020; Vasconcelos & Cavalcante, 2019), que abordam aspectos sobre a violência de gênero contra a mulher praticada por parceiros agressores. Nesse sentido, a masculinidade é investigada para compreensão sobre sua relação com

esse tipo de violência. Como aspecto que perpassa os diferentes trabalhos, nota-se que as relações de dominação masculina são observadas como alicerce para a prática da violência contra a mulher e as construções sociais sobre homens e mulheres (Carvalho et al., 2018; Madureira et al. 2020; Paixão et al., 2018; Silva et al., 2020).

Silva et al. (2020) analisaram atributos sociais da masculinidade que suscitam a prática da violência conjugal, por meio de entrevistas de homens autores da violência conjugal, observou-se a dominação do homem sobre a mulher e as condutas que ameaçam o modelo de masculinidade como elementos disparadores da prática da violência. Nessa direção, o estudo de Paixão et al. (2018) e Madureira et al. (2020), por meio de entrevista com autores da violência, identificaram nos relatos dos participantes a naturalização da violência ao longo de gerações e manutenção desta no espaço privado, o que reforça o silêncio e sigilo da violência. Observou-se também a dificuldade masculina em se reconhecer como agressor e dos impactos da violência psicológica, além do revide contra a mulher ser uma forma encontrada pelo homem de “resgatar” sua masculinidade.

Convergingo com o estudo de Silva et al. (2020), os(as) autores(as) apontam que situações conflitantes na vida conjugal também são utilizadas para justificar a violência. Madureira et al. (2020) apontam que sentimentos como ciúme, ingratidão, tristeza e vingança são utilizados para justificar e/ou legitimar as reações agressivas. Na fala dos agressores, há explicações que culpam a mulher em relação a violência que eles realizaram.

Assim como exposto nos estudos de Madureira et al. (2020) e Paixão et al. (2018), Carvalho et al. (2018) observaram o caráter transgeracional da violência, a qual as mulheres relataram que vivenciaram anteriormente nas relações com os pais e isso revela a reprodução de uma família onde o companheiro agride esposa e filhos. Nesse sentido, aponta-se para o abuso familiar como fator que predispõe relações conjugais marcadas pela violência contra a mulher.

Ao pensar sobre violência doméstica, Souza e Sabini (2015) trazem a questão sobre papéis tradicionais de gênero atrelados ao homem, o qual é qualificado pela capacidade por trabalhar, prover sua família, possibilitando amparo e subsistência. O ponto evidenciado comunga com a ideia debatida por Santos et al. (2021) sobre masculinidade hegemônica, onde se constroem expectativas sociais sobre o perfil dos homens, como ser provedor, sexualmente dominante, apresentar comportamentos que envolvem riscos e ter dificuldades para expressar emoções e procurar ajuda.

Nessa perspectiva, aponta-se a importância do cuidado com o agressor para construção de mudanças quanto a violência contra a mulher. Considera-se a necessidade dos homens agressores refletirem sobre as situações de violência que fizeram parte de sua vida e como as mesmas repercutem em suas relações afetivas reproduzindo comportamentos de violência contra suas companheiras. A discussão sobre gênero e sobre suas próprias experiências, bem como estratégias que abordem sobre outras formas de lidar com situações de conflitos, podem contribuir para mudanças em suas relações sociais.

As intervenções com os homens autores de violência, conforme Beiras, Nascimento e Incrocci (2019), são uma estratégia importante e necessária, tanto da saúde como da segurança pública, para o enfrentamento da violência doméstica e de gênero, pois é necessário aprofundar a análise do contexto da violência, abarcando todos os envolvidos, sendo imprescindível trabalhar também com os agressores. Conforme Pessoa e Wanderley (2020), é preciso compreender que a tentativa de ‘cooperar’ com o homem autor de violência não é uma tentativa de abrandar a gravidade da violência cometida, mas sim a possibilidade de prevenir novas violências contra sua companheira ou outras mulheres, no caso de novos relacionamentos.

Vasconcelos e Cavalcante (2019) analisaram relatos de homens autores de violência contra mulheres participantes dos Grupos Reflexivos (GR). Foram observados os seguintes aspectos positivos: espaço de aprendizado e reflexão; mecanismo de prevenção; convivência com o grupo; amizades construídas; manejo do grupo pela equipe de profissionais; compreensão sobre a violência trazida pela equipe. Já os aspectos negativos foram: falta de compromisso de alguns membros do grupo, ausência de intervenções com as mulheres vítimas de violência, bem como de um profissional homem na equipe que tivesse a experiência afetiva de um relacionamento com uma companheira.

Billand e Paiva (2017) discutiram sobre limites e possibilidades da prática de um grupo reflexivo, realizado em São Paulo, com homens autuados com base na Lei Maria da Penha, como uma oportunidade para cumprimento de medida socioeducativa. O trabalho por meio do grupo reflexivo é uma possibilidade de trabalhar de modo dialógico e a desconstrução das expectativas de gênero com ou entre homens para interromper e prevenir a violência contra as mulheres.

Tais iniciativas convergem com o que é proposto por Silva et al. (2020) e Paixão et al. (2018). Silva et al. (2020) apontam a necessidade de espaços de reflexão sobre a violência conjugal para a desconstrução de comportamentos tóxicos para os homens que

exercem a violência contra a mulher, e às pessoas com quem interagem. Esse aspecto também é enfatizado por Paixão et al. (2018) sobre criação de espaços de reflexão e ressignificação na perspectiva de gênero e tendo em vista o caráter transgeracional, consideram que as escolas são espaços privilegiados para contribuir com o rompimento desse ciclo.

Pôde-se perceber nessa categoria a naturalização da violência enraizada nas relações intrafamiliares de várias gerações, a cultura da solução de conflitos por meio da violência e entre os muros da residência acentuam a disseminação e a banalização desta. Observa-se também iniciativas de cuidar do agressor por meio de grupos reflexivos, como uma forma de cuidar das relações familiares, que intergeracionalmente vem sofrendo com a reprodução de violências, preconceitos e discriminações.

#### *Rede profissional e enfrentamento da violência contra a mulher*

Esta categoria é composta por artigos que abordam o combate ao fenômeno da violência contra a mulher, pontuando, sobretudo, a questão da atuação da rede de profissionais, grupos de intervenção e serviços de acolhimento de mulheres em situação de violência (Albuquerque, 2020; Batista, Schraiber, & D'Oliveira, 2018; Borth, Costa, Silva, Fontana, & Arboit, 2018; Couto, Rocha, Ribeiro, & Silveira, 2018; Hoepers & Tomanik, 2019; Machado, Almeida, Dias, Bernardes, & Castanheira, 2020; Mafioletti, Peres, Larocca & Fontoura, 2018; Mudjalieb, 2020; Paulino-Pereira, Santos, & Mendes, 2017; Pinto et al., 2017; Saletti-Cuesta et al., 2020; Signorelli, Taft, & Pereira, 2018; Trentin et al., 2020).

Na Argentina, o artigo de Saletti-Cuesta et al. (2020) identificou que os centros de saúde e as escolas são vistos como importantes espaços de realização de atividades de sensibilização e prevenção da violência de gênero. Além disso, notou-se que o setor da saúde, em especial a atenção básica, é um ator social valorizado positivamente pelas comunidades para o enfrentamento da violência contra mulher devido às suas características: atendimento básico de saúde acessível à comunidade; orientação para prevenção e promoção da saúde; trabalho em equipe interdisciplinar e vínculo com as comunidades.

No Brasil, observou-se diferenças em diversas cidades/regiões no funcionamento das redes de enfrentamento da violência contra a mulher. Em Minas Gerais, o artigo de Couto et al. (2018) constatou-se uma precariedade no funcionamento do trabalho intersetorial e na constituição das redes, bem como discrepâncias entre as instituições. Em municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul, Borth et al. (2018) observaram que embora os profissionais visualizem a rede como um trabalho desenvolvido em conjunto por diferentes agentes, ainda existem dificuldades na aproximação entre os serviços, ou seja, faz-se necessária a



articulação entre as redes, bem como a qualificação dos profissionais que compõem os serviços de apoio às mulheres em situação de violência.

Em outro município do Rio Grande do Sul, o artigo de Trentin et al. (2020) identificou potencialidades (presença de grupos de apoio, bem como a abrangência de serviços especializados), mas também fragilidades da rede intersetorial (frágil preparo dos profissionais e as barreiras impostas pelos próprios profissionais para atender casos de violência sexual). Ainda na região sul, Signorelli et al. (2018) constataram que é comum os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ouvirem muitas demandas e ajudarem as mulheres, estabelecendo, sobretudo, uma relação de confiança capaz de fazer com que elas contem sobre a violência doméstica vivenciada. Contudo, alguns profissionais relataram que não foram capacitados para o atendimento dessas mulheres, assim como evidenciado nas pesquisas anteriores.

Em um município de São Paulo, Batista et al. (2018) entrevistaram profissionais da área da saúde de uma rede de atenção integral e observaram baixa aproximação das questões de gênero, de direitos humanos e legislações correlatas. No Rio de Janeiro, Mudjalieb (2020) identificou dificuldades para a consolidação e qualificação do atendimento às vítimas de violência sexual e ampliação do acesso ao aborto legal devido a: desconhecimento das normativas; mapeamento incipiente sobre objeção de consciência; e fragilidade no encaminhamento das usuárias após o aborto.

Outra instituição que se mostrou importante no processo de combate à violência como porta de entrada e redes de serviço que avancem no acolhimento das mulheres vítimas de violência foram as Delegacias de Defesa da Mulher (Machado et al., 2020), onde também se identificou a necessidade de acompanhamento dos profissionais e capacitação permanente.

Embora inúmeras limitações e dificuldades na rede de enfrentamento à violência contra a mulher tenham sido identificadas nas produções desenvolvidas em diversas regiões do país, os avanços também foram observados e abordados. O artigo de Mafioletti et al. (2018), de abordagem documental e local, visou analisar a trajetória histórica e as contribuições do Programa de Atenção às Mulheres em Situação de Violência de Curitiba e constatou que a trajetória histórica (1997- 2014) do programa aponta para uma experiência intersetorial e interinstitucional articulada, que foi se ampliando e trazendo inúmeras contribuições na atenção às mulheres pautadas na perspectiva da integralidade do cuidado e

na humanização. Do mesmo modo, ampliou-se os serviços com a criação do Juizado Especializado, Defensoria Pública, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Nessa direção, o artigo de Pinto et al. (2017) apontou para uma evolução da legislação brasileira acerca da temática e uma progressiva intervenção do Estado do Piauí no combate a violência contra a mulher. Além disso, notou-se que o Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência de Teresina, Piauí preza pela humanização do atendimento, os princípios da dignidade, bem como o sigilo e a privacidade, evitando a exposição e o desgaste das vítimas.

O artigo de Hoepers e Tomanik (2019) apresentou os benefícios produzidos às mulheres vítimas de violência que participaram de grupos focais realizados em uma sede do interior da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Suas narrativas exprimiram mudanças em seus sentimentos, suas relações e suas vidas. As expressões das mulheres indicaram o efeito potente do Grupo, que foi posto como fundamental no processo de fortalecimento pessoal de cada uma.

O enfrentamento da violência contra a mulher no contexto escolar se mostrou muito potente no artigo de Albuquerque (2020), por meio de oficinas, estudantes do ensino fundamental da cidade de Caruaru, Pernambuco, tiveram a oportunidade de refletir acerca dos padrões de gênero, criando, assim, um ambiente favorável ao processo de desnaturalização desses e de diversas desigualdades. Em contrapartida, Paulino-Pereira et al. (2017), ao estudarem a relação entre identidade e violência de gênero, no contexto escolar, constataram que a postura dos professores com relação à violência doméstica é pautada por um distanciamento e indiferença marcantes. A escola como palco de potencialidades e limitações.

Esta categoria permitiu constatar limitações e potencialidades das redes de enfrentamento da violência contra a mulher. Observou-se, enquanto necessidades, que as redes ainda precisam lidar com a precariedade no funcionamento do trabalho intersetorial, bem como proporcionar capacitação e formação permanente aos profissionais que a compõem. Como potencialidades percebeu-se que: a constituição de uma rede potente de proteção à mulher demanda investimento contínuo e de longo prazo dos municípios; o oferecimento de espaços terapêuticos contribuem significativamente para a saúde da mulher que vivenciou violência; e o uso de oficinas de prevenção no contexto escolar são ferramentas importantes no enfrentamento e combate à violência contra a mulher.

### Considerações finais

Este artigo buscou identificar, descrever e analisar as produções acadêmicas das revistas de Psicologia com Qualis A2 sobre a temática da violência contra a mulher. Foram analisados artigos com dados primários das cinco revistas nacionais da área da Psicologia com Qualis A2, que mais publicaram nos últimos 3 anos sobre a temática da violência contra a mulher.

Percebeu-se que a maioria dos artigos é produzida por mulheres como a principal autora, e para/com mulheres vítimas como participantes. A prevalência de autoria do gênero feminino pode apontar um maior interesse de pesquisadoras do sexo feminino pelo tema, visto as mulheres sofrerem diretamente as consequências da violência e da desigualdade de gênero em diversos âmbitos. Pesquisas futuras sobre essa temática no meio acadêmico seriam importantes.

As regiões Sudeste e Nordeste foram as que mais apresentaram publicações, o que desponta uma descentralização de produções do eixo Sul-Sudeste. Além disso, observou ser uma temática com baixo incentivo das agências de fomento e que a vinculação dos(as) pesquisadores(as) apontam para a parceria entre universidades, ONGs e rede de profissionais. Quanto aos instrumentos, constatou-se uma maior utilização de entrevista, o que pressupõe um maior contato, proximidade e facilidade de acesso às narrativas das mulheres. A grande quantidade de publicações nos últimos três anos, parece apontar para o interesse dos(as) pesquisadores(as) e dos periódicos com Qualis A2 na temática.

Pôde-se observar que o SINAN é uma ferramenta importante e que vem se consolidando como referência acerca da sistematização de dados epidemiológicos, o que contribui e que possibilita a elaboração de políticas públicas pautadas nas demandas da realidade brasileira. Percebeu-se ainda o fenômeno da violência contra a mulher sendo atravessado pela cultura do patriarcado onde o homem é o provedor do lar e a mulher é a submissa na relação. Os rígidos papéis de gênero reproduzidos pelos políticos e pela indústria do entretenimento reforçam o preconceito e a discriminação contra mulheres de grupos específicos, e disseminam a cultura da violência e da impunidade.

Os dados deste estudo apontaram também para uma ampliação das produções acerca da temática envolvendo os homens autores da violência contra a mulher; estudar e cuidar apenas de um lado das relações parece não ser mais suficiente para o combate deste tipo de

violência. Além disso, observou-se o desenvolvimento e consolidação de redes de enfrentamento à violência, mas que para isso é necessário longo e intenso investimento, formação e capacitação de profissionais envolvidos com essa temática.

Esse estudo apresenta dados valiosos para elaboração de políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher, bem como demonstra lacunas para o desenvolvimento de futuras pesquisas nessa temática. Como limitação, o estudo aponta para o fato de as buscas por produções acadêmicas acerca da violência contra a mulher terem sido realizadas somente em cinco revistas nacionais de Qualis A2. Acredita-se que buscas em revistas internacionais com Qualis A2 e com outras Qualis poderiam ter proporcionado a investigação de muitos outros artigos sobre o tema, bem como a ampliação temporal poderia ter possibilitado maior abrangência ao estudo.

## Referências

- Albuquerque, K. K. (2020). Diálogos de gênero na educação: Considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), 1-12. doi:10.1590/1806-9584-2020v28n260485
- Aslan, E., Bodur, G., Beji, N. K., Alkan, N., & Aksoy, O. (2019). Exposure to domestic violence in women living in Istanbul and Aegean regions: A Turkish sample. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(8), 1-10. doi:10.1590/1413-81232018248.22952017
- Barufaldi, L. A., Souto, R. M. C. V., Correia, R. S. B., Montenegro, M. M. S., Pinto, I. V., Silva, M. M. A., & Lima, C. M. (2017). Violência de gênero: Comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2929-2938. doi:10.1590/1413-81232017229.12712017
- Batista, V. C., Marcon, S. S., Peruzzo, H. E., Ruiz, A. G. B., Reis, P., Silva, A. M. N., & Mandú, E. N. T. (2020). Prisoners of suffering: Perception of women on violence practiced by intimate partners. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73, 1-10. doi:10.1590/0034-7167-2019-0219
- Batista, K. B. C., Schraiber, L. B., & D'Oliveira, A. F. P. L. (2018). Gestores de saúde e o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres: As políticas públicas e sua implementação em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(8), 1-11. doi:10.1590/0102-311X00140017
- Beiras, A., Nascimento, M., & Incrocci, C. (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: Um panorama de intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 28(1), 262-274. doi:10.1590/S0104-12902019170995
- Billand, J., & Paiva, V. S. F. (2017). Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 1-10. doi:10.1590/1413-81232017229.13742016
- Borth, L. C., Costa, M. C., Silva, E. B., Fontana, D. G. R., & Arboit, J. (2018). Network to combat violence against rural women: Articulation and communication of services. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 1-8. doi:10.1590/0034-7167-2017-0044
- Brilhante, A. V. M., Nations, M. K., & Catrib, A. M. F. (2018). "Taca cachaça que ela libera": Violência de gênero nas letras e festas de forró no nordeste do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3), 1-12. doi:10.1590/0102-311X00009317

- Caicedo-Roa, M., Cordeiro, R. C., Martins, A. C. A., & Faria, P. H. (2019). Femicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(6), 1-11. doi:10.1590/0102-311X00110718
- Caminhas, L. R. P. (2020). Violência de gênero e telenovelas nacionais: Um diagnóstico crítico. *Revista Estudos Feministas*, 32(3), 421-444. doi:10.11606/0103-2070.ts.2020.162335
- Carrijo C., & Martins, P. A. (2020). A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), 1-14. doi:10.1590/1806-9584-2020v28n260721
- Carvalho, M. R. S., Oliveira, J. F., Gomes, N. P., Santos, M. M., Estrela, F. M., & Duarte, H. M. S. (2018). Interface between conjugal violence and alcohol consumption by the partner. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 1-7. doi:10.1590/0034-7167-2017-0540
- Catoia, C. C., Severi, F. C., & Firmino, I. F. C. (2020). Caso “Alyne Pimentel”: Violência de gênero e interseccionalidades. *Revista Estudos Feministas*, 28(1), 1-11. doi:10.1590/1806-9584-2020v28n160361
- Conceição, C. S., & Mora, C. M. (2020). “Respeito é bom e eu gosto”: Trajetórias de vida de mulheres negras assistidas por um centro especializado de atendimento à mulher em situação de violência na baixada fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), 1-12. doi: 10.1590/0102-311X00180019
- Costa, D. C. S., Ribeiro, M. R. C., Batista, R. F. L., Valente, C. M., Ribeiro, J. V. F., Almeida, L. A., Silva, A. A. M. (2017). Factors associated with physical violence against pregnant women from São Luís, Maranhão state, Brazil: An approach using structural equation modeling. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(1), 1-14. doi:10.1590/0102-311X00078515
- Couto, V. A., Rocha, R. L. S., Ribeiro, L. M. L., & Silveira, A. M. (2018). Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. *Revista Estudos Feministas*, 26(2), 1-19. doi:10.1590/1806-9584-2018v26n245859
- Cruz, M. S., & Irfi, G. (2019) Qual o efeito da violência contra a mulher brasileira na autopercepção da saúde? *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(7), 2531-2542. doi:10.1590/1413-81232018247.23162017
- Delziovo, C. R., Bolsoni, C. C., Nazário, N. O., & Coelho, E. B. S. (2017). Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(6), 1-13. doi:10.1590/0102-311X00002716
- Delziovo, C. R., Coelho, E. B. S., d’Orsi, E., & Lindner, S. R. (2018). Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina–Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 1687-1696. doi:10.1590/1413-81232018235.20112016
- Fiúza, A. L. C., Pinto, N. M. A., & Costa, E. R. (2016). Desigualdades de gênero na universidade pública: A prática dos docentes das ciências agrárias em estudo. *Educação e Pesquisa*, 42(3), 803-818. doi:10.1590/S1517-9702201609148223.
- Gaspar, R. S., & Pereira, M. U. L. (2018). Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(11), 1-10. doi:10.1590/0102-311X00172617
- Grossi, M. G. R., Borja, S. D. B., Lopes, A. M., & Andalécio, A. M. L. (2016). As mulheres praticando ciência no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 24(1), 11-30. doi:10.1590/1805-9584-2016v24n1p11
- Hoepers, A. D., & Tomanik, E. A. (2019). (Co)construindo sentidos: O grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-16. doi:10.1590/1807-0310/2019v31214338

- Ibáñez, D. B. (2017). La violencia de género em Ecuador: Un estudio sobre los universitarios. *Revista Estudos Feministas*, 25(3), 1-15. doi:10.1590/1806-9584.2017v25n3p1313
- Krenkel, S., Moré, C. L. O. O., & Espinosa, L. M. C. (2019). Significant social networks and violence against women: Perspective of professionals from a shelter. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-15. doi:10.1590/1807-0310/2019v311189214
- Lansky, S., Souza, K. V., Peixoto, E. R. M., Oliveira, B. J., Diniz, C. S. G., Vieira, N. F., ... Friche, A. A. L. (2019). Violência obstétrica: Influência da exposição sentidos do nascer na vivência das gestantes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(8), 1-14. doi:10.1590/1413-81232018248.30102017
- Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)
- Lima, F. S. S., Merchán-Hamann, E., Urdaneta, M., Damacena, G. N., & Szwarcwald, C. L. (2017). Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(2), 1-16. doi:10.1590/0102-311X00157815
- Machado, D. F., Almeida, M. A. S., Dias, A., Bernardes, J. M., & Castanheira, E. R. L. (2020). Violência contra a mulher: o que acontece quando a delegacia de defesa da mulher está fechada? *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(2), 483-494. doi: 10.1590/1413-81232020252.14092018
- Madureira, A. B., Mantovani, M. F., Silva, Â. T. M., Souza, P. B., Ferraz, M. I. R., & Raimondo, M. L. (2020). Social representations of aggressive men denounced for violence against women. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(2), 1-7. doi:10.1590/0034-7167-2018-0824
- Mafioletti, T. M., Peres, A. M., Larocca, L. M., & Fontoura, M. P. (2018). Violence against women: Historical trajectory of a care program (Curitiba - 1997-2014). *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(6), 1-9. doi:10.1590/0034-7167-2017-0583
- Marcacine, K. O., Abuchaim, E. S. V., Jardini, L., Coca, K. P., & Abrão, A. C. F. V. (2018). Intimate partner violence among postpartum women: Associated factors. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 1-7. doi:10.1590/0034-7167-2016-0643
- Meneghel, S. N., & Margarites, A. F. (2017). Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: Iniquidades de gênero ao morrer. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(12), 1-11. doi:10.1590/0102-311X00168516
- Messias, E. R., Carmo, V. M., Almeida, V. M. (2020). Feminicídio: Sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana. *Revista Estudos Feministas*, 28(1), 1-14. doi:10.1590/1806-9584-2020v28n160946
- Minayo, M. C. S. (2002). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (21a ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Mudjalieb, A. A. (2020). Relato de experiência sobre ampliação do acesso ao aborto legal por violência sexual no Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, 1-7. doi:10.1590/0102-311X00181219
- Nóbrega, V. K. M., Pessoa Júnior, J. M., Nascimento, E. G. C., & Miranda, F. A. N. (2019). Renúncia, violência e denúncia: Representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(7), 1-8. doi:10.1590/1413-81232018247.16342017
- Oliveira, A. S., Trancoso, A. E. R., Bastos, J. A., & Canuto, L. T. (2015). *Metassíntese: Apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica*. Anais do 4º Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa, Aracaju,

- Sergipe, Brasil. Recuperado de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/36/34>
- Paixão, G. P. N., Pereira, A., Gomes, N. P., Sousa, A. R., Estrela, F. M., Silva Filho, U. R. P. da, & Araújo, I. B. (2018). Naturalização, reciprocidade e marcas da violência conjugal: Percepções de homens processados criminalmente. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 1-7. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0475>
- Paulino-Pereira, F. C., Santos, L. G. A., & Mendes, S. C. C. (2017). Gênero e identidade: Possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. *Psicologia & Sociedade*, 29, 1-10. doi:10.1590/1807-0310/2017v29i172013
- Pessoa, A. G., & Wanderley, P. I. B. R. (2020). A Reeducação do homem agressor: Grupo reflexivo de violência doméstica. *Rev. Const. Dir. Bras.*, 3(1), 1-17. Recuperado de <http://revistareconto.com.br/index.php/Reconto/article/view/32/105>
- Pinho, T. R. (2020). Debaixo do tapete: A violência política de gênero e o silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), 1-14. doi:10.1590/1806-9584-2020v28n267271
- Pinto, L. S. S., Oliveira, I. M. P., Pinto, E. S. S., Leite, C. B. C., Melo, A. N., & Deus, M. C. B. R. (2017). Políticas públicas de proteção à mulher: Avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(5), 1-8. doi: 10.1590/1413-81232017225.33272016
- Posada-Zapata, I. C., Orozco-Giraldo, I. C., Mendoza-Rios, A., Restrepo-Correa, C., & Cano-Bedoya, S. M. (2019). Perception of health/illness associated with gender roles displaced women located in Medellín, Colombia, 2013-2014. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(4), 1-12. doi: 10.1590/0102-311X00088618
- Rafael, R. M. R., & Moura, A. T. M. S. (2017). Violência física grave entre parceiros íntimos como fator de risco para inadequação no rastreamento do câncer de colo de útero. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(1), 1-12. doi: 10.1590/0102-311X00074216
- Rafael, R. M. R., Moura, A. T. M. S., Tavares, J. M. C., Ferreira, R. E. M., Camilo, G. G. S., & Mercedes Neto. (2017). Profile of intimate partner violence in Family Health Units. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70(6), 1-9. doi: 10.1590/0034-7167-2016-0007
- Ribeiro, M. R. C., Silva, A. A. M., Schraiber, L. B., Murray, J., Alves, M. T. S. S. B., Batista, R. F. L., ... & Barbieri, M. A. (2020). Inversion of traditional gender roles and intimate partner violence against pregnant women. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(5), 1-16. doi: 10.1590/0102-311X00113919
- Saletti-Cuesta, L., Ferioli, A., Martínez, F. del V., Viel, E., Baudin, V., Romero, P., ... & Rodríguez, A. (2020). El abordaje de la violencia de género desde la perspectiva de las comunidades del norte cordobés, Argentina. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(1), 1-11. doi: 10.1590/0102-311X00184418
- Sampaio, J., Tavares, T. L. A., & Herculano, T. (2019). Um corte na alma: Como parturientes e doulas significam a violência obstétrica que experienciam. *Revista Estudos Feministas*, 27(3), 1-10. doi:10.1590/1806-9584-2019v27n356406
- Santos, D. F., Lima, R. C. D., Demarchi, S. M., Barbosa, J. P. M., Cordeiro, M. V. S., Sipioni, M. E., & Andrade, M. A. C. (2021). Masculinidade em tempos de pandemia: Onde o poder encolhe, a violência se instala. *Saúde e Sociedade*, 30(3), 1-13. doi:10.1590/S0104-12902021200535
- Santos, I. B., Leite, F. M. C., Amorim, M. H. C., Maciel, P. M. A., & Gigante, D. P. (2020). Violência contra a mulher na vida: Estudo entre usuárias da atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), 1-12. doi: 10.1590/1413-81232020255.19752018

- São Bento, P. A. S., & Moreira, M. C. N. (2017). A experiência de adoecimento de mulheres com endometriose: Narrativas sobre violência institucional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 1-10. doi: 10.1590/1413-81232017229.03472017
- Signorelli, M. C., Taft, A., & Pereira, P. P. G. (2018). Domestic violence against women, public policies and community health workers in brazilian primary health care. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(1), 1-10. doi: 10.1590/1413-81232018231.16562015
- Silva, A. F., Gomes, N. P., Pereira, Á., Magalhães, J. R. F., Estrela, F. M., Sousa, A. R., & Carneiro, J. B. (2020). Social attributes of the male that incite the violence by intimate partner. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(6), 1-7. doi: 10.1590/0034-7167-2019-0470
- Silva, L. C., & Justo, J. S. (2020). Errância e nomadismo feminino: O caso de duas mulheres trecheiras. *Psicologia & Sociedade*, 32, 1-14. doi: 10.1590/1807-0310/2020v32218518
- Soto, C. A. A., & Sánchez, K. D. V. (2019). Violencia en Internet contra feministas y otras activistas chilenas. *Revista Estudos Feministas*, 27(3), 1-13. doi: 10.1590/1806-9584-2019v27n358797
- Souza, T. M. C., & Sabini, K. (2015). Mas o que é o amor? Representações sociais em mulheres em contexto de violência doméstica. *Perspectivas em Psicologia*, 19(1), 162-178. Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/30542/16627>
- Trentin, D., Vargas, M. A. O., Leal, S. M. C., Vargas, C. P., Ferreira, M. L., & Neves, F. B. (2020). Women in situations of sexual violence: Potentialities and weaknesses of the intersectoral network. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(4), 1-8. doi: 10.1590/0034-7167-2018-0856
- Vasconcelos, C. S. S., & Cavalcante, L. I. C. (2019). Caracterização, reincidência e percepção de homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-15. doi:10.1590/1807-0310/2019v31179960